

DE DUARTE NUNES DE LEÃO À POLÊMICA SOBRE A ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XIX

FROM DUARTE NUNES DE LEÃO TO THE POLEMICS ABOUT THE ORIGIN OF THE PORTUGUESE LANGUAGE DURING THE 19TH CENTURY

CARSTEN SINNER
Universität Leipzig
sinner@uni-leipzig.de

O trabalho investiga como, sobre os fundamentos dos trabalhos de Duarte Nunes de Leão se inicia, no século XIX, um debate sobre a suposta origem celta da língua portuguesa entre Antonio Ribeiro dos Santos, João Pedro Ribeiro, o Cardeal Francisco de Saraiva Luiz, João Baptista D'Almeida Garrett e uns autores anónimos. Analisa-se como neste debate as explicações de Nunes de Leão são usadas para apoiar uma ou outra opinião, ou como as conclusões de Nunes de Leão, muito modernas pelo seu tempo, são postas de lado como se de ideias erradas se tratasse. A polémica das origens célticas e o debate sobre as origens ilustram bem que os partidários de ambas as teorias, de forma mais ou menos lograda se ocupavam de questões centrais de diferentes ramos da linguística moderna, simplesmente descrevendo em uns casos, classificando explicitamente em outros, e tratando de aspectos como o desenvolvimento das línguas, a mudança linguística, contacto e conflito linguístico, bilinguismo, etc., que são, em parte, aspectos “redescobertos” pela linguística moderna quando aquela começou a integrar as componentes sociais nos seus enfoques.

Palavras chave: Português, Nunes Duarte de Leão, século XIX, origens celtas

This article analyses a polemic debate on a supposed Celtic origin of the Portuguese language that took place in the 19th century between Antonio Ribeiro dos Santos, João Pedro Ribeiro, Cardinal Francisco de Saraiva Luiz, João Baptista D'Almeida Garrett and some anonymous authors. It is shown how the explanations given by 16th century writer Nunes Duarte de Leão were used by them to support different opinions on the matter, and how Nunes Duarte de Leão's opinions, which were very modern for his times, were put aside by those authors as wrong assumptions. The polemic debate on the Celtic or Latin origins

Recibido
18/07/09
Aceptado
11/08/09

illustrates how the supporters of both theories treat –with more or less success– core questions of different branches of modern linguistics, for example in some of the linguistic descriptions and in the explicit classifications of linguistic devices. They consider phenomena such as the evolution of languages, language contacts and language conflicts, bilingualism, etc., disciplines that were “rediscovered” by modern linguists when they began to incorporate social components into their approaches.

Key words: Portuguese, Nunes Duarte de Leão, 19th century, Celtic origins

1. NUNES DE LEÃO E A ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Na *Orthographia da Lingoa Portvgvuesa* de 1576, Duarte Nunes de Leão expõe a sua posição quanto à origem das línguas romances já no subtítulo da obra, que reza: “Obra vtil, & necessaria assi pera bem scruer a lingoa Hespanhol, como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem” (1576: título). Nesta obra, Nunes de Leão deixa claro, em muitos comentários e explicações, que as analogias entre as línguas castelhana, portuguesa, galega, toscana, etc. são explicadas pela origem latina comum a todas elas. A maneira de dispor as formas analógicas em latim e nas línguas romances, como faz Nunes de Leão nesta obra, bem conhecemos das modernas introduções às línguas romances:

<i>Latino.</i>	<i>Italiano.</i>	<i>Castelhano.</i>	<i>Portugues.</i>
Clamare.	chiamare.	llamar.	chamar.
clavis.	chiaue.	llaue.	chaue.
flamma.	fiamma.	llama.	chama.
plaga.	piaga.	llaga.	chaga.
planus.	piano.	llano.	chão.
plenus.	pieno.	lleno.	cheo.
pluma.	piuma.	pluma.	chumaço chumella
plūbum.	piombo.	plomo.	chumbo.
pluuia.	pioggia.	lluuaia.	chuiua.
pluit.	pioue.	llueue.	choue.
plantago.	plantagine.	llanten.	chantagé.

Diz, sobre a origem das palavras que, dos exemplos dados por ele,

pela analogia, & correspondencia, de hūas lingoas a outras, podem [os leitores] saber a origem de muitos vocabulos, que per outra maneira não poderião alcançar: & para veerem per esta semelhaça, a razão do nosso diphthongo .ão. que sempre vai respondendo ao .n. dos Castelhanos, & dos Latinos, & Italianos, como ao amarunt Latino, amarono Italiano, amaron Castellano, o amarão, Portugues”.

(Nunes de Leão, 1576: 29v)

Trata, nesta obra, o assunto do desenvolvimento do latim para o português em muitas ocasiões, deixando claro que muitas formas do português são formas corruptas latinas, o que permite, segundo crê o autor, saber como devem ser escritas. O facto de o português, se bem que derivado do latim, ser uma língua própria, é usado como argumento para não escrever como em latim as formas portuguesas, por exemplo, *princepsa* por *princesa*, etc.:

Porq̄ sendo a nossa lingoa corrupta da Latina, & fazendo nos desta corrupção noua lingoa propria, & peculiar nossa, q̄ pelo vso se foi deriuado, & introduzindo, não hemos de mudar, nem torcer os vocabulos, do soido, & vso cōmū. Que as palavras são como as moedas, q̄ não valem senão as correntes, & as q̄ stão em vso. [...] Mas que na scriptura sigamos a corrupção dos vocabulos corruptos, & não a origē, & digamos pētem, & não pectem, feito, & não fecto, contar, & não comptar: pois ja stão corruptos.

(Nunes de Leão, 1576: 51v)

Nunes de Leão faz uma diferença entre as palavras latinas corruptas e não corruptas:

algũus vocabulos há, q̄ descendendo todos de hū primitiuo, em hūus seguimos a scriptura Latina, & ē outros a corrupta: porq̄ na verdade os pronūciamos assi differētemente. Porq̄ hūus vocabulos corrōpemos, & outros deixamos incorruptos, q̄ pola maior parte são os de q̄ a gēte vulgar não vsa tãto.

(Nunes de Leão, 1576: 51v-52r)

Aqui, Nunes de Leão, sem detectar a razão da diferença que se faz entre umas e outras, já distingue entre as palavras chamadas, modernamente, palavras herdadas (al. *Erbwörter*) e palavras eruditas (al. *Buchwörter*), sendo as últimas introduzidas mais tarde do latim, ou seja, são precisamente aquelas últimas as que formam parte, muitas vezes, duma linguagem mais culta.¹

¹ Jules Marouzeau (*Lexique de la terminologie linguistique* (Français, Allemand, Anglais, Italien), Paris ³1951; *apud* Reinheimer Ripeanu 2004) distingue três classes de palavras: a palavra indígena ou popular (*mot indigène* ou *populaire*), “issu d’un développement non-

Na sua obra *Origem da Lingoa Portvgvesa* de 1606, e como indica o próprio título da obra, Duarte Nunes de Leão ocupa-se extensamente da questão da origem da língua portuguesa, explicando os seus objectivos com as seguintes palavras:

E agora por me refocillar do trabalho de outros studos mais pesados, tentei fazer este tractado da origem da mesma lingoa, & das outras mais de Hespanha, porque de hoje em diante se poderá fallar mais polido, & screver mais concertado.

(Nunes de Leão, 1606: viii)

Depois do primeiro capítulo sobre a mudança das línguas através do tempo, trata, no segundo capítulo, “Da lingoa que a principio se fallava em Hespanha” (1606: 4), e explica que

[...] a primeira lingoa q̄ se nella fallou foi a Chaldaica, & que della procedeo o Vasconço que em Vizcaia se fallaua: & que hi se conseruou como em lugar menos frequentado de outras gentes, & que aquella era a lingoa que em Hespanha se fallou ate a vinda dos Romanos.

(Nunes de Leão, 1606: 8)

Enumera, depois, diferentes povos que foram viver na Península Ibérica, mencionando, entre outros, gregos, “os Gallos da Celtica” e “os Carthagineses”, e explica que

daquellas gētes, com q̄ os Hespanhoes assi tinhaõ comercio & vezinhança, tomaraõ hūas linguas & as confundirão com a sua, como he natural onde ha concurso de diuersas gētes. Pollo q̄ crer alguẽ q̄ a primeira lingoa q̄ os Hespanhoes fallauõ perseuerou ate aquellos tēpos, he erro manifesto, & cousa incruel aquem sabe as mudanças q̄ as linguas vaõ fazendo cada dia, ainda sem tamanhos accidētes, & conuersões de Republicas como entam houue.

(Nunes de Leão, 1606: 12)

Sublinha, no capítulo 5, o peso da “invenção de vocabulos” (1606: 19) na mudança linguística, dando exemplos de palavras que os romanos tomaram do Grego. Em referência ao próprio português, menciona a criação de palavras novas (como resultado de inovações) e os empréstimos a outras línguas (como consequência do comércio ou da introdução de novos produtos trazidos das colónias):

Isto mesmo, nos aconteceu a nos, que por as cousas que de nouo se inuentaraõ, & por as conquistas & cõmercio que tiuemos com outras gentes, nos vieraõ

contrarié”, la palavra emprestada (*le mot d'emprunt*), “adapté d’une langue étrangère”, e la palavra sábia (*mot savant*), “tiré d’un mot antérieur par un processus en quelque mesure conscient et arbitraire et qui ne tient pas nécessairement compte des lois phonétiques”.

muitos vocabulos como foraõ da India, catle, cabaia, lascarim, chatim, de que fizemos chatinar. veniaga, corja, & de Africa alquice, filele, balaio. E por inuençaõ de muitas cousas. Bombarda, arcabuz [...].

(Nunes de Leão, 1606: 25)

Nunes de Leão via como natural o empréstimo a outras línguas, pois declara que há, nas línguas alheias, termos que o português não tem para expressar o que sente (Buescu 1983: 319), e Dick (2002: 53) sublinha que “*Inovar e buscar e tomar empréstimos* já era, então, há 400 anos, a orientação de Nunes de Leão”.

O capítulo 6 é dedicado inteiramente à “língua que se oje fala em Portugal donde teue origem, & porque se chama Romance” (1606: 28). Explica Duarte de Leão:

como por as muitas & desuairadas gentes que a Hespanha vieraõ pouar & negociar, estaua a terra toda diuidida em muitos regulos, & senhorios, & assi havia muitas diferenças de lingoagês & costumes. Polo que vindo os Romanos a lançar de Hespanha os Carthagineses que occupauão grande parte della, foilhes facil hauer o vniuersal senhorio de todos, & reduzir Hespanha em forma de prouincia como fizeraõ, dos quaes como de vencedores naõ soamente os Hespanhoes tomaraõ o jugo de obediencia mas as leis, os costumes, & a lingoa Latina q̄ naquelles tempos se fallou pura como em Roma, & no mesmo Latio ate a vinda dos Vandalos, Alanos, Godos, & Suevos, & outros barbaros que aos Romanos succederaõ, & corromperão a lingoa Latina com a sua, & amisturaraõ de muitos vocabulos assi seus como de outras nações barbaras que consigo trouxerão, de que se veo fazer a lingoa que oje fallamos, que por ser lingoa, que tem fundamentos da Romana, ainda que corrupta lhe chamamos oje Romance.

(Nunes de Leão, 1606: 28-29)

A língua portuguesa é vista claramente como continuação da latina:

Desta introdução da lingoa Latina, que os Romanos fizeraõ em Hespanha, & como de muitas nações & varios costumes, se vieraõ a conformar, & parecer tudo hum pouo de Romanos, he testemunha a mesma lingoa que oje fallamos, ainda que corrupta [...].

(Nunes de Leão, 1606: 29)

Nunes de Leão tem uma ideia do contacto de línguas na História da língua portuguesa e das línguas nascidas do Latim que séculos mais tarde ia descrever-se pelo modelo dos *strata* do contacto linguístico histórico com os termos de substrato, superstrato e adstrato (Ascoli 1864 e von Wartburg 1932, 1936, Valkhoff 1932, cf. Krefeld 2003 e Geckeler/Dietrich 2004: 138-140). Dado o facto de a noção da existência do latim vulgar ser na altura ainda desconhecida, é natural Nunes de Leão

achar que a língua introduzida pelos Romanos era como a língua falada em Roma –“pura como em Roma”–, o que deve ter equivalido, para o autor, ao latim clássico usado nos textos escritos. O autor reitera que a língua latina falada na Península Ibérica era pura:

ficou a lingua Latina comum a todos [os mais poucos assi dos Gregos, como os Hespanhoes, & os Phenices, que ficaraõ em Cadiz. E finalmente todas as mais gentes que em Hespanha residiaõ], como se falaua em Roma.

(Nunes de Leão, 1606: 30)

Aqui tudo indica que o autor supõe que a substituição das línguas anteriores à latina foi completa; ou seja, supõe a erradicação total dessas línguas sem mencionar sequer a possibilidade de um amalgamento delas com a latina ou uma influência delas sobre esta língua. Com isso, não admite a possibilidade de um substrato pré-romano, mas sim parte da base de uma influência das línguas introduzidas após a vinda dos romanos, isto é, línguas que constituem o superstrato.

A acção do superstrato dos “barbaros” é explicado por Nunes de Leão da seguinte maneira:

Vindo pelos tempos, como he natural, hauer mudança nos stados, & declinar o Imperio Romano, veo a Hespanha a inundaçaõ dos Godos, Vandalos, & Sitingos, & de outras gentes barbaras, que deustaraõ Italia, & as Gallias, & dominaraõ Hespanha, & com sua barbara lingua corromperaõ a Latina, & a mesturaraõ com a sua de maneira que se vé nos liuros, & scripturas antigas que pelo tempo foi esta lingua fazendo diferenças nas Prouincias de Hespanha, segundo as gentes a vieraõ habitar.

(Nunes de Leão, 1606: 30-31)

Continua com o adstrato árabe:

Despois desta barbaria que se introduzio veo a perdiçaõ de toda Hespanha, que os Mouros assolarãõ, & destroiãõ entre os quaes ficaraõ os Hespanhoes hũs captiuos, & outros tributarios por partidos, que de de [!] si fizeraõ, para lhes laurarem as terras como seus ascripticios, & inquilinos. E viuendo entre elles, corromperaõ ainda mais a lingua mea Gothica, & meia latina que fallauãõ tomando outros vocabulos Mouros, ainda oje nos duraõ.

(Nunes de Leão, 1606: 31)

Deduz-se, portanto, que o português é visto como continuação do latim corrompido primeiro pelas línguas dos “barbaros” e depois pela língua dos “Mouros”. Mas a pesar de ter afirmado que todas as gentes da Península já tinham adoptado a língua latina, Nunes de Leão

continua, no apartado sobre a reconquista, dizendo que alguns cristãos escaparam à destruição dos “Mouros” e com eles a “lingoa Gothica”, que se manteve nas variedades regionais segundo o contacto com outros povos: a continuação, esboça, em princípio, o desenvolvimento das variedades linguísticas que foram incluídas, por Coseriu (1980, 1981), entre os dialectos primários da Península Ibérica:

Despois deste captiuero vindose recuperar muitos lugares de poder dos Mouros, pellas reliquias dos Christãos que da destroição dos Mouros escaparaõ nas terras altas de Vizcaia, Austurias, & Galliza. E fazendo cabeça de algũs senhorios ficou aquella lingoa Gothica, que era comua a toda Hespanha fazêdo algũa diuisaõ & mudança entre si cada hum em sua regiaõ segundo era a gente com que tratuaõ como os de Cathalunha que por aaquella parte vir el Rey Pipino de França com os seus ficou naquella prouincia sabor da lingoa Francesa, & se apartou lhes ficou notauel differença entre ella, & a lingoa de Castella, & das de Galliza & Portugal, as quaes ambas eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palauras, e nos diphtongos, & pronunciação que as outras partes de Hespanha não tem.

(Nunes de Leão, 1606: 31-32)

A raiz comum com o galego e a diversificação das duas línguas merecem-lhe uma explicação mais promenorizada enfocada no papel da corte e dos Reis, mas cabe ressaltar o facto de o autor denominar “lingoa Portuguesa” a língua falada pelas gentes liberadas da dominação árabe pela Reconquista:

Da qual lingoa Gallega a Portugueza se auentajou tanto, quãnto na copia & na elegãncia della vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, e pulem, & donde manõ pera os outros homẽs, o que nunqua honue [!] em Galliza. Era a lingoa Portuguesa na saida daquelle captiuero dos Mouros mui rude, & mui curta, & falta de palavras, & cousas, por o misero estado, em que a terra estiuera: o que lhe conueo tomar de outras gentes, como fez.

(Nunes de Leão, 1606: 32)

Não se distingue claramente entre as diferentes variedades romances faladas nos territórios no norte da península e as variedades faladas pelos cristãos nos territórios reconquistados. Foi, segundo o autor, “no tempo del Rei dom Afonso VI de Castella, & no do Conde dom Henrique ate o del Rei dom Dinis de Portugal” (1606: 32) que a língua portuguesa se “melhorou”, por exemplo pela imitação dos poetas provençães (1606: 33), e que “assi se foraõ ornando ambas as lingoas, Portuguesa & Castelhana ate a policia em q̄ agora estão” (1606: 33).

Depois de muitas listas de exemplos “[d]as muitas maneiras porque se causou a corrupção da lingua Latina que em Hespanha se falava na que se oje falla” (1606: 33) e capítulos sobre as palavras de suposta origem latina, grega, árabe, francesa, italiana e alemã, hebraica e síria no português, o capítulo XV é dedicado aos “vocabulos que nos ficaraõ dos Godos” (1606: 94). Trata-se de uns poucos comentários sobre palavras do que o próprio autor diz não saber-se a verdadeira origem, mas que outros autores – “hum Vuolfgango Lazio” (1606: 94)– afirmam “serem estes da lingua Gothica” (1606: 94); uma daquelas palavras mencionadas é, por exemplo, a palavra *jardim* (1606: 95).

Resumindo a posição de Nunes de Leão: o português vem do latim, que foi corrompido, com o tempo, e com as influências do gótico e do árabe. Se bem que é um pouco confuso o que diz sobre as línguas bárbaras, o tom é que o português, por muito misturado e influenciado por outras línguas, é, basicamente, uma língua romance. Quando fala da sobrevivência do gótico, possivelmente só aponta para a supervivência de vocabulário das línguas bárbaras, não das mesmas línguas. Foi, sem dúvida, um filólogo com uma perspectiva muito avançada para o seu tempo, um etimólogo antes de haver a linguística e antes de que houvera um método histórico-comparativo.

2. A QUESTÃO DA ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XIX: OS INÍCIOS

Saltemos, agora, para o século XIX, e vejamos como se inicia o debate sobre a suposta origem celta da língua portuguesa e como neste debate as explicações de Nunes de Leão são usadas para apoiar uma ou outra opinião, ou como as conclusões de Nunes de Leão são postos de lado como se de ideias erradas se tratasse. Referências às raízes celtas do povo português ou da língua portuguesa, baseadas em autores clássicos romanos ou gregos, são notórias em três trabalhos publicados nos inícios do século XIX, por um lado os trabalhos de Antonio Ribeiro dos Santos, por outro uma publicação de João Pedro Ribeiro numa *Dissertação Chronológica e Crítica* (cf. Luiz 1837: 2 n.2). Analisaremos, no que segue, o trabalho mais acessível dos três, um artigo de Ribeira dos Santos aparecido em 1814 nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* publicadas pela Academia Real das Ciencias

de Lisboa, “Das origens e progressos da poesia portugueza”. Santos sustenta seus argumentos com as descrições dos costumes celtas por autores romanos como Tito Lívio, Diodoro de Sicília, Justo Lipsio, Strabão, Silio Itálico ou Pomponio Mella (1814: 234 n.(a); 235 n.(a), 236 n.(c), 237). O autor sustenta as suas posições fazendo referência a outro trabalho seu que não consegui encontrar, mas cujas posições centrais são resumidas nas notas a rodapé:

Temos mostrado a origem Celtica dos Hespanhoes em nossa Obra das Origens Celticas da antiga Lingoa de Hespanha, e de seus actuaes Dialectos.

(Santos 1814: 233 n. (a))

Mostramos em nossa obra das Origens da antiga Lingoa de Hespanha, e de seus actuaes Dialectos, que a Nação Hespanhola conservou sempre o seu idioma primitivo, postoque alterado em todo o tempo do Senhorio, e dominação Romana.

(Santos 1814: 238 n. (b))

Com “Celtico”, faz-se referência a

os Turdetanos, que erão em parte Lusitanos, e os Callaicos, que pertencião inteiramente á Lusitania.

(Santos 1814: 235)

Estes Turdetanos da Lusitania erão parentes dos da Betica, e tinhão os mesmos usos, e costumes.

(Santos 1814: 235 n. (b))

Diz-se várias vezes que eram de origem celta: Este uso da Poesia lhes vinha a elles da prática dos Celtas de que tiravão sua origem (Santos 1814: 235-236).

Os Turdetanos da Lusitania erão Celtas de origem, que por isso aos que Ptolomeo chama Turdetanos , dando-lhes todo o Algarve, e parte de Alemtêjo até Béja ; chamão outros especificamente *Celticos*, maiormente aos que vivião pela margem direita do Guadiana Plinio e Mella dão-lhes o nome generico de Lusitanos, que nós mostramos serem de origem Celtica na obra de nossas origens Celticas da antiga Lingua de Hespanha, e de seus atuaes dialectos : os Turdetanos de Betica erão seus parentes, e vinhão tambem do mesmo tronco Celtico, que por essa razão Possidonio em Strabão lhes chama não só vizinhos, mas tambem parentes dos Celticos.

(Santos 1814: 236 n. (a))

Da mesma forma, diz-se que são descendentes dos celtas os restantes povos da *Hespanha*:

Depois dos Turdetanos muito se extremarão os nossos Callaicos, ou Povos da primitiva Galliza, que então se estendia pela parte Septentrional, e Occidental da Hespanha desde as costas maritimas das Asturias, ou dos Artabros até á margem direita do rio Douro, e fazia huma parte consideravel da nossa Lusitania.

Erão elles como os Turdetanos, e outras mais gentes de Hespanha, tambem descendentes dos Celtas [...].

(Santos 1814: 236)

A posição que os portugueses vieram dos Celtas (“dos Celtas de que nós viemos”, Santos 1814: 238) é repetidamente defendida no trabalho de Santos. Quanto à língua, já vimos que o autor acha que “a Nação Hespanhola conservou sempre o seu idioma primitivo, posto que alterado em todo o tempo do Senhorio, e dominação Romana” (Santos 1814: 238 n.(b)). Mantém que a língua gótica “continuava a existir naquella idade [da ocupação visigoda]” (1814: 239), o que significa que não se extinguiu, segundo o autor, durante os “tempos da Dominação dos Romanos, e dos Wisigodos” (1814: 238). Diz-se, expressamente, e de novo fazendo referência àquele outro trabalho do mesmo autor que não consegui localizar, “que o antigo idioma Hespanhol [pré-românico] se manteve quanto ao seu fundo em todo o tempo do Imperio Wisigothico” (Santos 1814: 239 n.(c)). Não obstante, não se indica quando foi então que esta língua celta, pré-românica, se extinguiu, mas quando pouco depois o autor fala do uso do “idioma nativo do paiz” (1814: 244) já parece fazer referência à língua romance falada pelos cristãos sob dominação árabe:

bem sabido he, que esta Lingua [o Árábigo] era então [nos tempos da Dominação dos Arabes] mui corrente entre os nossos, e que nas terras avassalladas dos Arabes andava de parceria com o idioma nativo do paiz, havendo entre ambos huma reciproca communicação, e commercio.

(Santos 1814: 244)

O mesmo cabe dizer quando fala da “Lingua vulgar de Hespanha” ou do “Castelhano”, pois passa de proclamar a sobrevivência do celta sob dominação romana e visigoda à coexistência da “Lingua vulgar”, termo equivalente, ao parecer, à língua (romance) que falariam os moradores cristãos:

ainda hoje existem documentos em Escripturas por elles [os Saracenos] feitas na Lingua vulgar de Hespanha, nos ultimos tempos do seu imperio. (b) No Archivo da Casa do Duque do Infantado em Hespanha, achão-se Escripturas dos Arabes em Castelhana, ainda em letras Africanas. [...]

(Santos 1814: 244)

A esta língua romance falada pelos cristãos sob dominação árabe parece referir-se também quando pouco depois fala do “latim barba-ro daquela idade” [“em que dominarão os Árabes”] (Santos 1814: 245). Vê-se logo que as posições tomadas não se sustentam sobre argumentos que possam ser comprovados pelos leitores: faltam ligações entre uns e outros argumentos, e os saltos que o autor dá não ocultam a falta de informação sobre o estado real das línguas nas épocas referidas. Se bem que, além dos problemas referidos, os trabalhos como este de Santos (1814) se focalizem na tradição e actividade literária e não nos aspectos linguísticos, de facto foram estes poucos trabalhos que substanciaram as posições que defendiam que o português era descendente não do latim, mas das línguas celtas. Cabe ressaltar que a pouca precisão terminológica –como o uso de *língua nativa*, *língua própria*, *língua bárbara* etc. sem definição ou de *Hespanhol* seja para a Península Ibérica, seja para a Espanha– dificulta saber a que se faz referência em cada momento. Alguns autores da mesma época falam de língua bárbara como termo que faz referência unicamente aos “Barbaros”, juntamente com os “Chillobes” os “moradores originarios do Atlas, e de quasi todas as Provincias do actual Imperio de Marrocos” (Hemso 1818: 49).

Como resultado dos trabalhos em que a origem da língua portuguesa é relacionada com outras línguas que a latina, como são a língua falada pelos moradores da Lusitânia pré-romana –que normalmente é identificada como celta pelos autores–, ou as línguas góticas ou visigodas, no mesmo ano de 1814, a *Academia Real das Sciencias de Lisboa* decidiu incluir o problema no programa dos assuntos propostos pela *Academia* para concurso público para o ano de 1816. Segundo o programa de 24 de Junho de 1814, na secção de “Litteratura Portugueza” e “Em Lingoa Portugueza” propôs, então, o seguinte tema:

Avaliar com exactidão os fundamentos, por que alguns dos nossos Escriitores tem reputado a Lingoa Portugueza derivada da Latina, e outros da dos Povos do Norte.
(*Academia Real das Sciencias de Lisboa* 1815a: XXVI)

O assunto foi repetido no programa de 24 de Junho de 1815 para o ano de 1817 (*Academia* 1815b: 3) com a seguinte explicação:

Não tendo concorrido neste anno Memoria alguma, que merecesse ser premiada, e podendo-se julgar alguns dos Programmas propostos de assás difficuldade, para serem bem desempenhados no tempo prescripto: resolveo

a Academia tornar outra vez a publicar para os dous annos seguintes os Programmas dos annos de 1815, e 1816.

(Academia 1815b: 1)

No programa de 24 de Junho de 1817, o assunto aparece repetido, com a mesma explicação, para o ano de 1818 (Academia 1817a: 3). Além desses prêmios para trabalhos sobre as razões de atribuir a língua portuguesa à origem latina ou de refutar esta posição, se publicam, nestes primeiros decênios do século XVIII, outros assuntos para prêmios de Literatura Portuguesa—Língua Portuguesa relacionados com a história da língua portuguesa, que demonstram, por um lado, a inquietude da *Academia* diante a polémica discussão sobre a origem da língua e, por outro lado, a importância que se dá ainda à obra de Duarte Nunes de Leão, pois publicam-se um prêmio para um trabalho crítico sobre a *Origem da Lingoa Portuguesa* de Nunes de Leão (para 1818, 1819 e 1820) e mais outro sobre semelhanças lexicais entre português e latim ou provençal (para 1820):

O Juizo Critico da Obra de *Duarte Nunes de Leão*, intitulada *Origem da Lingoa Portugueza*, na parte em que trata dos Vocabulos Portuguezes que se tirarão d'outras lingoas; com o exame especial do Cap. 22 em que o Autor suppõe, que os Portuguezes, tendo tomado muitos vocabulos dos Povos mais remotos, tirarão mui poucos dos Castelhanos.

(Para 1818: Academia 1817b: XLV; para 1819: Academia 1817a: 3; para 1820: Academia 1818: 3)

Hum Glossario das Palavras Portuguezas communs com a antiga lingoa Romana, ou dos Troubadores.

(Academia 1818: 3)

Não tenho notícia de *Memórias* premiadas sobre o juízo crítico da obra de Nunes de Leão, mas nota-se, claramente, um determinado interesse de solucionar a polémica em torno da origem da língua portuguesa e o peso que tem, ainda, a posição de Nunes de Leão. Torna-se óbvio que a questão da origem da língua portuguesa e, particularmente, a questão da filiação celta, é um tema sobremaneira presente, se tivermos em conta que já no último terço do século XVI, Nunes de Leão apresentara como absolutamente certa a origem latina do português.

3. A POLÉMICA SOBRE A ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE 1837 E 1844

Nos anos trinta e quarenta do século XIX, o debate chega a um ponto culminante. Saltamos agora para o ano 1837 e para a publicação de uma obra que, se não se quer ver como continuação do debate iniciado por Santos, de certo desencadeou uma acesa polémica sobre a origem da língua portuguesa entre várias personagens que se encontravam no centro da vida cultural e científica pública portuguesa, envolvidas nas tarefas da *Academia das Sciencias de Lisboa*, polémica que não ia tranquilizar-se até muito mais tarde e que ia provocar uma série de publicações aparecidas durante várias dezenas de anos. Estou a falar da *Memoria em que se pretende mostrar, que a lingua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos*, de Cardeal Francisco de Saraiva Luiz (1837), trabalho publicado nas *Memórias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, o que significa que bem poderia tratar-se de uma resposta a um dos assuntos publicados pela Academia.² O que é de especial importância é o facto de o autor desta memória ter sido uma pessoa de reputação, um homem considerado como dos “mais distincto[s] dos nossos filologos” (Campos 1844: 5), o que explica o impacto que deve ter tido o escrito dele. (Cabe dizer que as publicações das Memórias foram interrompidas várias vezes por causa das invasões francesas, por problemas financeiros, etc., e que por um lado o estado dos arquivos da Academia em muitos casos não permita atribuir determinados trabalhos aos prémios e que por outro lado nem sempre se indicava se uma publicação era ganhadora de um determinado prémio, ou tinha obtido o *accessit*, etc., de maneira que não sabemos se o trabalho de Luiz foi premiada ou sequer participou nos concursos da Academia).

Luiz (1837) faz referência a Nunes de Leão já na segunda página do seu trabalho onde explica que as expressões metafóricas de *língua mãe* e *língua filha* são usados

² Não parece ter razão, por tanto, Schäfer-Prieß (2004) ao considerar que o trabalho de Luiz desencadeou o debate sobre a origem celta; também não nos parece justificado pensar que, não obstante ter errado, em sentido científico, o autor ganhou o mérito de ter contribuído essencialmente a fechar definitivamente o assunto, pois não foi o primeiro nem o último a tratar do tema no século XIX.

no sentido, em que commumente os tomão os escriptores Portuguezes, que de propósito a tratárão. Seja exemplo, por todos, Duarte Nunes de Leão, que na *Orig. da ling. Port.* cap. VI diz assim [...].

(Luiz, 1837: 2)

Na mesma página, deixa bem claro quais foram as fontes mais importantes, o ponto de partida do seu trabalho:

Dos escriptores Portuguezes, que temos lido, dous sómente encontramos, que ouzassem enunciar com franqueza a opinião contraria [À posição de que a língua portugesa é filha da latina]. O primeiro he o senhor Antonio Ribeiro dos Santos, hoje fallecido, o qual na sua *Memoria sobre as origens e progressos da Poesia Portuguesa* (Memor. de Litterat. da Academ. tom. VIII. part II) diz assim: *Mostramos em Nossa Obra das origens da antiga lingoa de Hespanha, de seus actuaes dialectos, que a nação Hespanhola conservou sempre o seu idioma primitivo, posto que alterado, em todo o tempo do senhorio e dominação romana.* O segundo he o Senhor João Pedro Ribeiro, nas suas *Dissert. Chronol. e Crit.*, tom. 1. *Dissert. V* aonde se explica nos seguintes termos «*Eu porém me persuado, que a lingua original dos Hespanhoes se não extinguiu com a dominação dos Romanos, antes conservando-se também a través da dominação dos Godos, Suevos, e Arabes, foi neste quarto periodo, que se subdividio.. etc.*» Esta opinião de dois Academicos tão doutos em nossas cousas, e hum dos quaes tem visto e analysado muitos milliares de documentos dos nossos archivos, e derramado tanta luz sobre as antiguidades Portuguezas, não póde deixar de fazer grande pezo em favor do sentimento que adoptamos, e pretendemos desenvolver nesta Memoria.

(Luiz 1837: 2 n. 2)

Vemos que o Cardeal Saraiva também não conseguiu localizar o trabalho citado pelo próprio Ribeira dos Santos, o que faz duvidar de que essa obra tenha chegado a ser publicada, pois nem os contemporâneos parecem ter tido acesso à obra. Cabe sublinhar que Luiz não chegou a ler a obra citada de Ribeira dos Santos, ainda que sustente nela a sua própria perspectiva.

Luiz argumenta contra a filiação latina do português mencionado aspectos que modernamente atribuiríamos à sociolinguística, como são o câmbio linguístico entre pais e filhos, bilinguismo, a dominação de uma língua por outra (*High variety* e *low variety*, na terminologia moderna seguindo a Weinreich 1953 e Ferguson 1959) –o autor até fala de “língua dominante” (1837: 4)– e enumerando argumentos linguísticos, é dizer, comparando o português com o latim e tirando conclusões que só permitem refutar a relação de mãe e filha entre latim e português, o que era de esperar tendo em conta o objectivo do autor –“mostrar que a Língua Portuguesa não he filha da Latina” (Luiz 1837: 1).

De entre os argumentos sociolinguísticos, queremos mencionar só alguns que permitem sustentar que a argumentação do autor não é, cientificamente falando, “correcta”. Enumera consequências do contacto linguístico que bem conhecemos do modelo dos *strata* já mencionado, como, por exemplo:

Tem-se visto, por muitas vezes, hum povo vencido ser subjugado ser constringido a adoptar a linguagem do vencedor nos actos do governo, nas negociações políticas [...] e chegar esta influencia da nação vencedora a fazer que os vencidos falem [...] duas linguas ao mesmo tempo, ou porque a necessidade obriga a huns ao estudo da lingua dominante, ou porque a lisonja e a dependencia move a outros, que vivem com os que exercitão o poder, e os querem ter favoraveis e propicios.

Tem-se visto outras vezes que huma nação dominante, cuja lingua he copiosa, polida, regular, e agradável, influa poderosamente na lingua do povo vencido, emprestando-lhe vocabulos, fórmãs, frases, e expressões, e causando-lhe pelo decurso de seculos tão sensível alteração e mudança, que dahi resulte huma como nova linguagem, que seria quasi de todo desconhecida a quem a comparasse com o seu estado precedente.

(Luiz 1837: 4)

Se bem que estes argumentos favoreçam, claramente, a perda da língua em favor da língua dominante, Luiz não hesita em usá-los para os seus objectivos, omitindo o juízo científico e dizendo, simplesmente, que segundo a sua própria opinião tudo isso não é suficiente para sustentar a opinião contra a qual ele próprio está lutando:

Mas tudo isto não póde (segundo o nosso conceito) extinguir jámais de todo a lingua original, e primitiva de hum povo, nem chegar a transformar a sua indole, genio, e caracter nacional e proprio, ou a alterar substancialmente as suas fórmãs distinctivas e essencias.

(Luiz 1837: 4)

São totalmente contraditórios os argumentos e a posição de Luiz, e bastando confrontar formulações como “tão sensível alteração e mudança”, por um lado, e “nem chegar a transformar a sua indole”, por outro lado, para detectar uma argumentação tendenciosa e para ver a maneira totalmente manipuladora do autor de perseguir os seus objectivos. É bem visível que Luiz se serve, na sua argumentação, dos mesmos aspectos mencionados pelo próprio Nunes de Leão mais de 200 anos antes, com o objectivo de refutar as opiniões deste autor, ou seja, empregando os próprios argumentos contra ele, mudando só a interpretação como se de factos se tratasse. Os numerosos exemplos de outros contactos de línguas na História servem, na perspectiva do autor, para sustentar a

sua opinião, mas nem coincidem a respeito da situação sociolinguística, por exemplo quanto à relação de língua dominante e língua dominada, nem a respeito dos aspectos extra-linguísticos, como quando menciona casos como o do Egipto em que se havia “exterminado a maior parte das famílias indígenas” (1837: 7), o que não tem nada a ver com o destino da população lusitana sob dominação romana, visigoda ou árabe. A maioria dos exemplos fornecidos não são em absoluto argumentos relacionados sequer com o problema tratado, ou sustentam a posição de Nunes de Leão mais do que refutá-la, como é o caso da destruição de Cartago, quando o autor, sem se dar conta disso, se contradiz.

De entre os argumentos linguísticos relativamente à não filiação do português que resultam da análise contrastiva de português e latim realizados por Luiz (1837), queremos mencionar só alguns, como a falta de casos (21), a expressão das vozes passivas por meio de verbos auxiliares em vez de por desinências verbais (22), a falta de diferenciação entre *ser* e *estar* em latim (23), o uso da desinência *-mente* para formar os advérbios do português (24), a falta do infinitivo pessoal em latim (24), a introdução tardia do superlativo *-issimo* em português (24), a falta de artigos em latim (25), o número relativamente baixo (o mais do que se pensava) de palavras latinas (26), a origem grega de muitas palavras (29), a continuidade da pronúncia grega, no caso de e <v>, em português (30), ou o facto de muitas palavras de origem latina terem entrado por mediação de escritores (33).

Finalmente, Luiz dá uma lista de “alguns testemunhos de antigos escriptores, que, a nosso parecer, mostram claramente a existencia e uso das linguas vulgares das Hespanhas” (Luiz 1837: 38), citando sobretudo os mesmos autores já mencionados por Santos (1814), que sem dúvida constitui a fonte de dados e óbvia inspiração do trabalho de Luiz. Deve-se sublinhar que a “prova” da co-existência do latim com uma ou várias línguas autóctones que Luiz dá por meio das citas dos autores clássicos não é mais do que ornamental: não é prova nenhuma de que aquelas línguas devem ser consideradas como “mãe” da língua portuguesa, nem que, como o autor sustenta, “como opinião correlativa [...] que o latim nunca fôra vulgar em Portugal” (Campos 1843: 5).

Seis anos mais tarde, em 1843, publica-se, de forma anónima, uma resposta ao trabalho de Luiz, intitulada *A lingua portugueza é filha da latina, ou refutação da memoria em que o senhor patriarcha eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*. O nome

do autor anónimo foi revelado mais tarde, e na Biblioteca Nacional Digital figura como autor Francisco António de Campos, Barão de Villa Nova de Foscôa [1780-1873]. Campos justifica o seu próprio trabalho fazendo alusão à reputação de Luiz:

Examinarei esta memoria. Ha paradoxos que é preciso combater, principalmente quando seus efeitos podem ser perniciosos, e se acham apoiados, como este, pela reputação de um nome illustre. A lingua portugueza já tem sido assaz embaraçada em seus progressos pela servil imitação dos classicos, a que nimiamente se tem adstricto sem que seja necessario ainda crear-lhe novos embaraços, negando-lhe a rica successão a que, como filha da latina, tem incontestavelmente direito.

(Campos 1843: 5-6)

O autor não põe em dúvida a importância do elemento celta para a língua portuguesa:

As linguas que mais longo tempo e falaram na Peninsula, e de que na nossa existem mais amplos vestigios, são a celtica e a latina; mas a celtica não podia sobreviver á conquista dos romanos, e havia muitas razões para isso: conservaram se, é verdade, no portuguez muitos vocabulos celticos, producto da primeira lucta das duas linguas; porem a totalidade das raizes é latina, porque o latim ficou prevalecendo sobre todos os dialectos peninsulares, como o teremos occasião de ver.

E’ portanto ao latim que devemos referir a origem do portuguez, e se desconhecermos esta origem, ou lho atribuirmos outra que não seja a verdadeira, desconhecemos seu caracter [...].

(Campos 1843: 4)

Ao parecer que ignora a existência –equivalente a “supervivência”– da língua basca na Espanha e França, mas para o problema do português tratado por Campo não tem importância. Com “lucta”, o autor faz alusão à coexistência forçosa entre as duas línguas e o conflito daí resultante; a existência de termos de *conflito de linguas* empregado na sociolinguística desde que foi introduzido por Ninyoles (1977) no contexto da coexistência do catalão com o castelhano demonstra bem a modernidade da perspectiva de Campos. E acrescenta:

Por estas considerações e outras muitas que fazem o objecto deste escripto, é opinião geral entre nacionaes e estrangeiros que a lingua portugueza é filha da latina; e eu abundo tanto neste sentir, que ousou dizer, sem temor d’exageração, que quem quizer entender os nossos classicos, e ter um conhecimento completo dos termos e expressões da nossa lingua, precisa saber a latina, porque della tiramos a maxima parte dos vocabulos e formas, e só ella nos pôde conduzir na descomposição dos termos, e revelar-nos sua verdadeira significação: sem o seu conhecimento, julgo absolutamente impossivel que ninguem possa saber soffrivelmente o portuguez.

(Campos 1843: 5)

O facto de o autor mencionar os estrangeiros deve-se interpretar como tentativa de sublinhar a coincidência da opinião do autor com o juízo independente de pessoas desinteressadas e não susceptíveis a dúvidas quanto a possíveis motivos ideológicos que poderiam aduzir os partidários de Luiz.

Depois de observar que também outros autores franceses, nomeadamente Girard e Beauzée, que um século antes de Luiz negaram a filiação do francês, espanhol e italiano, não tiveram sorte com as suas opiniões (Campos 1843: 7-8), refuta um por um os argumentos de Luiz quanto à sobrevivência das línguas celtas, criticando que não foi contundente na sua argumentação, por exemplo buscando explicações onde não deveria buscá-las, no caso da língua dos egípcios, na história, no passado do contacto linguístico, em vez de analisar os factos como se constata no país no presente (Campos 1843: 9). Aponta para contradições na argumentação de Luiz, –“como quando, para provar que os hebreos sempre conservaram a sua lingua, allega que Ezechiel, Demetrio, Lyzimaco, Philo e Joseph escreveram em grego” (Campos 1843: 19-20)–, menciona indícios óbvios da presença do latim na Península que “estabelecem o facto incontestavel de que o latim fôra vulgar nas Hespanhas” (Campos 1843: 15), e dá numerosas referências e cita autores como, por exemplo, Mr. Balbi para provar a futilidade dos argumentos de Luiz:

Quando [...] dois idiomas se chocão, o idioma menos cultivado, ou menos literario se perde em grande parte ou totalmente; porque não é a conquista, a dominação que introduz e sustenta tal idioma em tal paiz; é quasi sempre a superioridade relativa do idioma que termina por torná-lo dominante, ou pertença ao vencedor, ou ao vencido.

(Campos 1843: 17-18)

Também os argumentos linguísticos contra a filiação do português de Luiz (1837) são contestados por Campos, por exemplo provando equívocos do Cardeal, como no caso da diferença entre *estar* e *ser*, onde indica que em latim há uma diferença entre *stare* e *esse* (27-28), criticando que Luiz não é exacto e que “pecca pela generalidade que habitualmente dá às suas asserções” (1843: 39), ou, na maioria dos casos, apontando para o desenvolvimento da língua através do tempo, como na perda dos casos e substituição (ou compensação) pelas preposições (21-22) ou a adopção do artigo (44-45). Em muitos casos simplesmente relativiza os juízos de Luiz, admitindo o facto

linguístico –como a introdução tardia do superlativo *-issimo*– (cf. 37-38), mas questionando que seja um argumento relevante contra a filiação do português com o latim, ou apontando, implicitamente, para o facto de que não se trata de argumentos, mas de opiniões particulares de Luiz. É particularmente interessante o caso das palavras derivadas de raízes latinas. Luiz defende que de poucas palavras latinas, os portugueses fizeram muitas, e Campos contesta:

Progredindo o furor das exclusões, pretende o auctor que não sejam reputados como vindos da lingua latina aquelles vocabulos que deramos ou compuzemos de uma palavra latina, se esses derivados e compostos se não acharem no latim.

(Campos 1843: 51)

Campos sustenta que naturalmente se tratam de palavras de origem latina, pois a raiz delas é latina e com isso a sua origem:

Esta exquisita exclusão conduz-nos ao seguinte absurdo: Os latinos tinham a palavra *virtus*, mas não tinham *virtuosus* nem *virtuose*; de sorte que, para dizerem: Tu és virtuoso, precisavam dizer: *Tu es virtute paeditus*, ou de outra qualquer fôrma semelhante. Na decadencia da lingua houve o bom senso de supprir esta falta, fazendo-se de *virtus*, *virtuosus*; e nós tivemos o de o adaptar, e mesmo o de fazermos o adverbio virtuosamente, e o verbo desvirtuar, ainda que não tenhamos o simples. Sendo esta origem tão ligítima, tão incontestavel, como é possível negar-lhe a sua procedencia do latim? e se não vem do latim, donde vem ella?

(Campos 1843: 51-52)

Crítica duramente a maneira de proceder de Luiz, que segundo ele deveria sabê-lo melhor:

Direi somente, não já para o auctor, mas para quem estiver menos prevenido do que elle, que, longe de serem menos, são mais do que parecem as palavras que temos do latim: porque a má pronuncia, a mutilação, a troca de letras, a suppressão de syllabas e o ajuntamento de duas ou mais palavras para formarem uma só, as tornam totalmente desconhecidas; e só um grande conhecimento das regras etymologicas e alguma sagacidade as podem algumas vezes restabelecer ás suas verdadeiras raízes.

(Campos, 1843: 53-54)

Para dar mais força a essa sua argumentação, dá numa nota alguns exemplos, “além dos apontados por Duarte Nunes no C. 8” (1843: 54), fazendo assim implicitamente uma dura crítica a Luiz por ter ignorado estes exemplos fornecidos por Nunes de Leão dois séculos atrás ou tê-los omitido ou deixado de ter em conta conscientemente. Também critica a exclusão das palavras mediadas pelo latim:

Comtudo para maior segurança, quer o auctor que se tirem da lista dos vocabulos latinos, aquellos que os romanos tomaram dos gregos. O simples enunciado desta pretensão mostra o seu valor. Por esta singular exigencia, a palavra Deos, por exemplo, não nos veio do latim Deus, porque os latinos a tomaram do *Theos* ou de *Dios* genetivo de *Zeus*. Se o auctor se limitasse ás palavras technicas e scientificas, tinha razão; porque taes termos são universaes: mas querer estende-la a todos os mais que nós recebemos directamente do latim e como latinos, sem nos informarmos previamente de sua etimologia, é na verdade uma opinião singular, exquisita, incomprehensivel.

(Campos 1843: 54-55)

Além disso, critica severamente o intento de se explicar as palavras gregas com a presença de colonos gregos – “A respeito porem da segurança com que o auctor assevera que os gregos fundaram colonias na Galiza e na Lusitania, nada ha mais falso” (1843: 56)– explicando, porém, pormenorizadamente os poucos indícios que há da presença grega noutros lugares da Península Ibérica.

Com este debate sobre a maneira correcta de calcular o peso do latim no português, a crítica de Campos antecipa um parecido conflito ideológico conhecido da linguística romena, onde alguns autores, por mor de um menor número de palavras latinas ou gregas, contaram como eslavas todas aquelas palavras que tinham entrado no romeno através do eslavo litúrgico, procedendo de outra forma com as que entraram através de outras línguas (*cf.* Tornow 2001: 36-37). O trato diferente que propõe para os termos técnicos, como “termos universaes”, é sumamente moderno, pois também se acha esta diferenciação nos livros modernos de lexicologia portuguesa ou de qualquer outra língua românica onde se fala de termos internacionais, internacionalismos, etc. (*cf.* Braun 1990).

Campos continua a sua crítica do trabalho de Luiz (1837) com uma breve História da Língua Portuguesa, resumindo-a em umas dez páginas porque lhe parece que “o auctor finge ignorar o lento processo porque as linguas se formam” (Campos 1843: 61). Acaba a obra com duríssimas palavras sobre a obra analisada:

Em quanto ao merecimento da memoria analysada, se me é permitido emitir a minha humilde opinião, parece-me que ella é summamente inferior á reputação de seu auctor; que é menos uma obra doutrinal do que um discurso rhetorico, em que se teve mais em vista fazer frases e arrodondar periodos, do que em discutir a materia; que é cheia de asserções vagas, sem o menor fundamento, e de juizos não motivados; que os factos são muitas vezes mal apreciados, e por consequencia falsa a sua applicação; e que finalmente desta curiosidade

litteraria, nenhum proveito póde tirar o publico, porque a sciencia grammatical é muitas vezes sacrificada á defesa de um paradoxo.

(Campos 1843: 80)

Como se não tivesse sido suficiente este debate público com um juízo determinantemente negativo face às posições de Luiz, e, implicando autores como Ribeiro dos Santos (1814), só um ano mais tarde, em Outono de 1844, se publica o *Opusculo ácerca da origem da lingua portugueza, composto e dedicado ao Excelentissimo Senhor Conselheiro João Baptista D'Almeida Garrett por dois socios do Conservatorio Real de Lisboa*: Francisco Martins de Andrade e Nepomuceno de Seixas (Andrade e Seixas 1844). Os autores anónimos, na introdução fazem referência a Ribeira dos Santos, reforçando assim o seu apoio à obra do Cardeal criticado por Campos:

o Senhor Ribeira dos Santos [...] demonstrou, segundo nossa humilde opinião, que a lingua portugueza não tirava sua origem da latina; doutrina que tãobem enunciou em sua memoria sobre as origens e progressos da poesia portugueza.

(Andrade e Seixas 1844: xx)

Também antecipam o seu juízo da obra de Campos nesta introdução, criticando particularmente o facto de não se ter, segundo eles, prestado suficiente atenção aos “argumentos philosophicos”, que bem poderiam apontar precisamente para aquelas partes da obra de Luiz que Campos criticava como “discurso rhetorico”:

o auctor do Opusculo anonimo [Campos 1843] assim como os defensores da sua opinião, avaliando mal os factos, dà como certo o que devêra provar com argumentos irrefragaveis, e passando ligeiramente pelos argumentos philosophicos, deduzidos do diverso mechanismo das duas linguas, estabelece sua doutrina, fundando-se, principalmente, na razão de haver em nossa linguagem grande copia de vocabulos e fórmulas latinas.

(Andrade e Seixas 1844: xxi)

Parecem essas críticas uma citação parcial ou adaptada dos juízos que faz o próprio Campo da obra de Luiz e que acima citamos, e são tão superficiais, em comparação com o texto de Campos, os argumentos de Andrade e Seixas que, além de mencionar as quatro afirmações centrais da sua obra, bastará ler o que outros escrevem sobre esse texto, os escritores D'Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Os quatro aspectos a nomear são: que o latim não foi durante o domínio dos romanos a língua vulgar dos habitantes “hespanhoes” e

“portuguezes” (!)³, nem o foi na época de D. Dinis, que a natureza do português e do latim se dá uma oposição manifesta, e, finalmente, que a língua céltica é a fonte verdadeira do português (cf. Herculano 1844: 392).

Em uma dedicatória a D’Almeida Garrett, os autores ainda anónimos (a sua identidade decerto não permaneceu sem ser revelada mais tarde) pedem que “se digne honrar este nosso escripto com sua opinião” (1844: vi). Na resposta de D’Almeida Garrett à dedicatória dos dois autores, publicado junto com o *Opusculo*, o escritor obra de forma muito caudalosa:

Agradeço muito a VV. a honra de favor que me fazem, dedicando-me a sua interessante memoria sobre a origem da lingua portugueza. Parece-me um trabalho erudito e consciencoso, que merecia melhor patrono e com mais poder de os ajudar que eu [...]. Imaginem pois o gôsto com que, por tantos motivos li a sua excellente memoria. E fico esperando anciosamente pela parte complementar della, a parte verdadeiramente philologica ou glossologica que deve seguir-se a esta deducção historica que agora nos dão.

Antes della apparecer, pouco me atreverei a dizer eu da opinião que tenho nesta grande questão já tractada por dois tão distinctos escriptores contemporaneos nosos e que pouco mais ou menos é a mesma que está occupando os mais eminentes philologos da Europa. E possivel, sómente direi, que a justa admiração pelo nosso seculo de ouro, o XVI, cegue alguma coisa os defensores da opiniao latina ; mas tambem é mais que possivel que em todas as coisas dos homens se manifesta em tempos e epochas sabidas, desvaire não pouco tambem os defensores da opinião contraria.

(Andrade e Seixas 1844: 7-8)

As palavras de D’Almeida Garrett demonstram uma visão muito clara do autor. De facto, o *Opusculo ácerca da origem da lingua portugueza* não dá nenhuma prova verdadeira de que Campos (1844) – e antes dele Nunes de Leão – se tenham equivocado ou errado. Cabe acrescentar que a segunda parte filológica anunciada pelos dois autores anónimos nunca se publicou.

O *Opusculo ácerca da origem da lingua portugueza* encontrou, no mesmo Outono de 1844, resposta: No “Jornal Litterario e Instructivo” *O Panorama* de 1844 aparecem as “Reflexões ethnographicas, philologicas e historicas a proposito de uma publicação recente sobre a

³ Na sua crítica à obra de Andrade e Seixas (1844), Herculano responde precisamente à afirmação de que o latim não foi a língua vulgar dos *hespanhoes e portuguezes* sob o domínio romano com a seguinte pergunta bastante cínica: “que portuguezes serão estes?” (Herculano 1844: 392).

origem da Língua Portuguesa” de Alexandre Herculano. Herculano explica que

[h]averá um anno que appareceu um escripto anonymo destinado a refutar uma memoria do Em.^o Cardeal Saraiva sobre as origens da lingua portugueza: o auctor do opusculo reivindicava para a latina a maternidade desta, que S. Em.^{cia} lhe refusára. Diferindo até certo ponto da opinião do escritor anonymo, que nos parece ter attribuido ao latim puro uma acção demasiado *exclusiva* e *immediata* na formação do portuguez, não podemos deixar de reconhecer que elle tinha obtido um completo triumpho no pensamento essencial do seu trabalho; isto é, que tinha demonstrado o nenhum fundamento das sonhadas origens da nossa lingua, que se dizia existirem na lingua primitiva das Hespanhas, conservada atravez de todas as invasões, conquistas, e mudanças sociaes da Peninsula com uma tenacidade, não dizemos admiravel, mas milagrosa. Assentámos que o opusculo anonymo ficaria sem resposta, acaba, porem, de sahir á luz a 1.^a parte de uma obra mais vasta que a memoria do Em.^o Cardeal Patriarcha, em que seus A. A. (dois membros do Conservatorio Real) estabelecem quatro proposições que pretendem successivamente propugnar [...].

(Herculano 1844: 391-392)

A crítica que faz Herculano deste último trabalho anónimo da série de publicações de que aqui tratamos é determinantemente negativa, e repetem-se, na recensão, muitos dos argumentos já dados nas obras anteriores que defendiam a *maternidade* latina, a comparação com tentativas semelhantes na França e na Espanha, etc. É crucial a sua opinião segundo a qual a História “tem mais relações com a linguística do que os A. A. do opusculo parecem acreditar” (Herculano 1844: 392), e Herculano acerta quando indica que Ribeiro dos Santos, que tão bem servia os argumentos dos autores anónimos (Andrade e Seixas), não é tão grande autoridade como manifestam:

permittam-nos os dois illustres defensores das origens celticas cortar um pouco pela gloria de A. Ribeiro dos Santos, cuja *critica* está bem longe de ser em cousa nenhuma tão *severa* como elles affirmam; permittam-nos, dizemos, negar-lhe a elle a *invenção da theoria* de que a lingua patria teve origem celtica e não latina. Esta ideia veio de França [...].

(Herculano 1844: 392)

Torna-se assim óbvio que as referências a Ribeiro dos Santos (1814), cujas posições foram refutadas com a refutação de Luiz (quem também se apoiou neste autor) por Campos, não são “funcionais” numa crítica a Campos, mas revela, ao mesmo tempo, os *problemas* dos partidários da *maternidade* do céltico ou, melhor dito, da

sua argumentação: a circularidade dos seus argumentos, a exclusão de aspectos que contradizem ou dificultam a própria postura e a apresentação de argumentos uma e outra vez refutados por outros autores como factos irrefutáveis, por meio de exemplos vagos e referências a autores anteriores – não menos atacados no momento da sua publicação do que os próprios autores cuja reputação devem defender.

Cessou, a partir de esta publicação, a polémica pública que quis apresentar aqui. Mas não se acaba com as publicações de 1844 o debate sobre a origem do português. Em 1858, Francisco Evaristo Leoni [1804-1874] publica o *Genio da Lingua Portuguesa*, em que refuta a hipótese da origem céltica do português, e segundo Vasconcelhos (1929: 883) teve “o grande merecimento de combater em terreno mais sólido a celtomania”.⁴ Mas como se indica na ficha bibliográfica do título na Biblioteca Nacional Digital, “Coelho faz notar que o objectivo de refutar a hipótese da origem céltica do português também se garou, como se retiraria do facto de, mesmo depois de publicado o livro de Leoni, haver ainda quem alegasse tais absurdidades”. Ainda em 1905, na gramática portuguesa de João Bonança, torna a trata-se a tese da origem celta da língua portuguesa. (cf. também Bonança 1887).

O debate, que no ano de 1844 se converteu em polémica, talvez possa explicar-se com a tentativa de aumentar o peso das línguas pré-românicas, celtas, na História da língua portuguesa num momento em que a nacionalidade, a identidade nacional, vivia um auge em toda a Europa contemporânea, nos Estados Nacionais europeus, e está na mesma linha que outras tentativas de fundação da identidade nacional por razões relacionada com o Romantismo da época. O tenor romântico idealizador da herança celta bem poderia ser um motivo do debate: a celtomania é um fenómeno que pode ser observado na Península Ibérica até na moderna, por exemplo na Galiza onde serve para individualizar a população do resto do conjunto nacional espanhol.

O facto de o debate não ser sempre o que chamaríamos, hoje, “cientificamente correcto”, e de se ter desenvolvido de maneira sumamente marcada por motivos ideológicos e emocionais, por romanticismo ou celtomania, como disse Vasconcelhos, poderia ter

⁴ O fenómeno da “celtomania” também se constata na historia francesa (e, por tanto, também na historiografia da linguística francesa); Meier (1941: 14), por exemplo, menciona a “Keltoromantik oder Keltomanie” de historiadores franceses no século XVI. Sobre a celtomania na Península Ibérica, cf. também Mühlshlegel (2000: 15, 19, 20, 26-27), Gonçalves (2001) e Schäfer-Prieß (2004).

uma correlação com o facto de vários dos autores implicados preferirem publicar as suas contribuições para o debate anonimamente. Mas de certo é questionável até que ponto os contemporâneos, mas particularmente Herculano, não estariam informados sobre a identidade dos autores anónimos.

O debate também mostrou que Nunes de Leão teve posições muito modernas, e que os partidários da tese das raízes célticas usavam a obra de Nunes de Leão quando lhes servia para aumentar o peso das suas referências externas, mas que não consideravam a sua opinião quanto à origem latina da língua portuguesa quando, por qualquer razão pessoal, as refutavam ou simplesmente desconsideravam-nas quando não lhes convinha.

O debate sobre a origem não latina da língua portuguesa, e o mesmo que excluir a língua latina forçosamente do papel de “mãe” da língua portuguesa, e de certo é um retorno a um estatuo “pré-Nunes de Leão”, e a uma maneira pré-paradigmática de trabalhar e argumentar (*cf.* König 1994: 11).

Finalmente, a polémica das origens célticas e o debate sobre as origens nos trabalhos referidos também ilustram bem que os partidários de ambas as teorias, de forma mais ou menos lograda se ocupavam de questões centrais de diferentes ramos da linguística moderna: Simplesmente descrevendo em uns casos, classificando explicitamente em outros, tratam de aspectos como o desenvolvimento das línguas, a mudança linguística, contacto e conflito linguístico, bilinguismo, etc., em parte aspectos “redescobertos” pela linguística moderna quando aquela começou a integrar as componentes sociais nos seus enfoques.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [*Academia Real das Sciencias de Lisboa*]. 1815a. “Programma da Academia Real das Sciencias de Lisboa, anunciado na Sessão Publica de 23 de Junho de 1814”. Em *Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*. Tomo IV. Parte I, Lisboa, Na Typografia da mesma Academia: XXV-XXIX.
- [*Academia Real das Sciencias de Lisboa*]. 1815b. *Programma da Academia Real das Sciencias de Lisboa, annuciado na Sessão Publica de 24 de Junho de 1815*, Lisboa, Na Typografia da mesma Academia.
- [*Academia Real das Sciencias de Lisboa*]. 1817a. *Programma da Academia Real das Sciencias de Lisboa, annuciado na Sessão Publica de 24 de Junho de 1817*, Lisboa, Na Typografia da mesma Academia.

- [*Academia Real das Sciencias de Lisboa*]. 1817b. “Programma da Academia Real das Sciencias de Lisboa, anunciado na sessão publica de 24 de Junho de 1816”. Em *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo V. Parte I, Lisboa, Na Officina da mesma Academia: XLIII-XLVI.
- [*Academia Real das Sciencias de Lisboa*]. 1818. *Programma da Academia Real das Sciencias de Lisboa, anunciado na Sessão Publica de 24 de Junho de 1818*, Lisboa, Na Typografia da mesma Academia.
- [Andrade, Francisco Martins de / João Nepomuceno de Seixas]. 1844. *Opusculo ácerca da origem da lingua portugueza, composto e dedicado ao Excelentissimo Senhor Conselheiro João Baptista D’Almeida Garrett por dois socios do Conservatorio Real de Lisboa*, Lisboa, Na Imprensa Nacional.
- Ascoli, Graziadio Isaia. 1864. “Lingue e nazioni”. *Politecnico* 22: 77-100.
- Bonança, João. 1887. *Historia da Luzitania e da Iberia desde os tempos primitivos ao estabelecimento definitivo do dominio romano. Parte fundada em documentos até presente indecifráveis*, Lisboa, Empr. da Historia da Luzitania e da Iberia.
- Bonança, João. 1905. *Grammatica portugueza segundo a indole e os principios da lingua primitiva com a reforma orthographica e a verdadeira origem das letras e das palavras*, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar.
- Braun, Peter. 1990. Internationalismen. Gleiche Wortschätze in europäischen Sprachen, em Peter Braun, Burkhard Schaefer e Johannes Volmert (eds.), *Internationalismen. Studien zur interlingualen Lexikologie und Lexikographie*, Tübingen, Niemeyer: 13-33.
- [Campos Francisco António de, Barão de Villa Nova de Foscôa]. [1780-1873] 1843. *A lingua portugueza é filha da latina, ou refutação da memoria em que o senhor patriarcha eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*, Lisboa, Typographia de M. J. Coelho.
- Coelho, Francisco Adolfo. 1868. Prefação, em *A lingua portugueza. Phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, Coimbra, Imprensa da Universidade: III-XIX.
- Coseriu, Eugenio. 1980. Historische Sprache und Dialekt, em Joachim Göschel, Pavle Ivić e Kurt Kehr (eds.), *Dialekt und Dialektologie. Ergebnisse des internationalen Symposiums Zur Theorie des Dialekts, Marburg/Lahn, 5.-10. September 1977*, Wiesbaden, Steiner: 106-122. Novamente em Jörn Albrecht, Jens Lüdtke e Olaf Thun (eds.) 1988. *Energie und Ergon. Sprachliche Variation–Sprachgeschichte–Sprachtypologie. Studia in honorem Eugenio Coseriu*, Tübingen, Gunter Narr Verlag: Vol. 1, 45-61.
- Coseriu, Eugenio. 1981. Los conceptos de ‘dialecto’, ‘nivel’ y ‘estilo de lengua’ y el sentido propio de la dialectología, *Lengua Española Actual*, 3: 1-32.
- Dick, Lauro. 2002. Da neologia do português, em *Revista de Letras* (Universidade Federal do Ceará) 24, 1/2: 51-54.
- Dietrich, Wolf und Horst Geckeler. 2004. *Einführung in die spanische Sprachwissenschaft. Ein Lehr- und Arbeitsbuch, 4, durchgesehene und aktualisierte Auflage*, Berlin, Schmidt.
- Ferguson, Charles E. 1959. Diglossia, *Word* 15: 325-340.
- Hemso, Jacob Gråberg de. 1818. Indagações Sobre a lingua dos Barbaros, em *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo V, Parte I, Lisboa, Na Officina da mesma Academia: 49-56.

- Herculano, Alexandre. 1844. Reflexões ethnographicas, philologicas e historicas a proposito de uma publicação recente sobre a origem da Lingua Portuguesa. *O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo*, Vol. 3º, Série 2: 391-394.
- Krefeld, Thomas. 2003. Questions fondamentales et méthodologiques relatives à la recherche sur les strates / Methodische Grundfragen der Strataforschung, em Gerhard Ernst, Martin-Dietrich Gleßgen, Christian Schmitt und Wolfgang Schweickard (eds.), *Manuel international d'histoire linguistique de la Romania, Ein internationales Handbuch zur Geschichte der romanischen Sprachen*, Berlin/New York, de Gruyter: 555-567.
- König, Wolfgang. 1994. Umbrüche und Umorientierungen – Kontinuität und Diskontinuität – Evolution und Revolution. Zur Theorie historischer Zeitverläufe in der Wissenschafts- und Technikgeschichte, em Wolfgang König (ed.), *Umorientierungen. Wissenschaft, Technik und Gesellschaft im Wandel*, Frankfurt am Main et al., Lang: 9-32.
- Leão, Duarte Nunes de. [1530-1608] 1576. *Orthographia da lingoa portuguesa. Obra vtil, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem. Item hum tractado dos pontos das clausulas. Pelo Licenciado Duarte Nunez do Lião*, Em Lisboa, per João de Barreira impressor delRei N.S. M.D.LXXVI. [Biblioteca Nacional Digital <http://purl.pt/15> – <http://purl.pt/15/1/>]
- Leão, Duarte Nunes de. 1606. *Origem da lingoa portvgvesa. Per Dvarte N.vnez de Lião, desembargador da Casa de Sypplicação, natvral da incivta [sic] cidade de Evora: Dirigida a el Rei Dom Philippe o II. de Portugal nosso Senhor*, Em Lisboa, Impresso por Pedro Crasbeeck, Anno MDCVI. [Biblioteca Nacional Digital <http://purl.pt/50> – <http://purl.pt/50/1/>]
- Leoni, Francisco Evaristo. 1858. *Genio da lingua portuguesa, ou causas racionaes e philologicas de todas as reformas e derivações da mesma lingua*, 2 vol., Lisboa, Typ. do Panorama. [Biblioteca Nacional Digital <http://purl.pt/143> – <http://purl.pt/143/1/> – Vol. I http://purl.pt/143/1/1-344-v/index-HTML/M_index.html – Vol II http://purl.pt/143/1/1-345-v/index-HTML/M_index.html]
- Luiz, Cardeal Francisco de Saraiva. 1837. Memoria em que se pretende mostrar, que a lingua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos, em *Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, Tomo XII, Parte I, Lisboa, na Typografia da mesma Academia: 1-43.
- Meier, Harri. 1941. *Die Entstehung der romanischen Sprachen und Nationen*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann.
- Mühlschlegel, Ulrike. 2000. *Enciclopedia, vocabulario, dictionario. Spanische und portugiesische Lexikographie im 17. und 18. Jahrhundert*, Frankfurt am Main/Madrid, Vervuert/ Iberoamericana.
- Ninyoles, Rafael. 1977. *Cuatro idiomas para un Estado. El castellano y los conflictos lingüísticos en la España periférica*, Madrid, Cambio 16.
- Reinheimer Rîpeanu, Sanda. 2004. *Les emprunts latins dans les langues romanes*. <<http://www.unibuc.ro/eBooks/filologie/Ripeanu/index.htm>> Visitada o dia 20 de Maio de 2006.
- Santos, Antonio Ribeiro dos. 1814. Das origens e progressos da poesia portugueza, em *Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das*

- Sciencias de Lisboa*, Tomo VIII, Parte II, Lisboa, na Officina da mesma Academia: 233-251.
- Schäfer-Prieß, Barbara. 2004. Zur *Keltomanie* in Portugal, em Volker Noll e Sylvia Thiele (eds.), *Sprachkontakte in der Romania. Zum 75. Geburtstag von Gustav Ineichen*, Tübingen, Niemeyer: 249-257.
- Tornow, Siegfried. 2001. Unerwünschte Kontakte. Die rumänisch-slawischen Sprach- und Kulturbeziehungen und ihre Entwertung. *Berliner Osteuropa Info* 17: 32-37.
- Vallverdú, Francesc. 1979. *Dues llengües: dues funcions? La història contemporània de Catalunya, des d'un punt de vista sociolingüístic*, 2a ed. rev. i actualitzada, Barcelona, Laia.
- Valkhoff, Marius. 1932. *Latijn, Romaans, Roemeens. Openbare les gegeven bij de opening van Zijn Kolleges als privaats-docent in de roemeense taal en letterkunde aan de universiteit van Amsterdam op 1 november 1932*, Amersfoort, Valkhoff & Co.
- Vasconcelhos, José Leite de. 1929. A Filologia portuguesa. Esboço histórico. (A propósito da reforma do Curso Superior de Letras de Lisboa), em José Leite de Vasconcelhos, *Opúsculos* 4, Coimbra, Imprensa da Universidade: 839-919.
- Wartburg, Walther von. 1932. Die Ausgliederung der romanischen Sprachräume. *Zeitschrift für romanische Philologie*, 56: 1-44.
- Weinreich, Uriel. 1953. *Languages in Contact. Findings and Problems*, New York, Linguistic Circle of New York.